

Brasil quer

16.01.1986

prazo longo e juro menor

Dívida Externa

por Paulo Sotero
de Washington

Numa reunião "carregada de eletricidade", segundo a descrição de um banqueiro, o presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, reiterou aos três líderes do comitê de bancos credores, na tarde de sexta-feira passada, em Nova York, a proposta de renegociação da dívida externa brasileira, que ele já lhes havia apresentado no mês passado. O Brasil quer, disse-lhes Bracher, que as linhas de curto prazo, que vencem nesta sexta-feira, sejam prorrogadas até o fim de 1986. Quer também renegociar no mínimo os compromissos da dívida vencidos em 1985 e a vencer em 1986. E pleiteia, ao mesmo tempo, uma redução do "spread", a taxa de risco que os países endividados pagam para refinanciar seus débitos. O Brasil paga hoje perto de 2% sobre a Libor, a taxa interbancária do mercado londrino, enquanto a Ar-



Fernão Bracher

gentina e o México estão pagando taxas mais próximas a 1%.

Para os bancos, o que Bracher pediu é muito. Em princípio, eles só estariam dispostos a renegociar a dívida brasileira mediante algum tipo de envolvimento formal do Fundo Monetário Internacional (FMI) como auditor da economia brasileira — o que "não acontecerá", conforme disse pela enésima vez o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, depois de conversar com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, em Washington, na quinta-feira passada. Além disso, as primeiras informações que banqueiros obtiveram ontem junto ao FMI sobre o teor da mensagem de apoio ao programa econômico brasileiro, conforme Funaro acertou com de Larosière na semana passada, indicam que o diretor-gerente do FMI enviará ao comitê de bancos uma mensagem curta — de cerca de quatro sentenças

pelo menos entre os maiores credores do País.

Bracher, que tinha planos de voltar ao Brasil no domingo, amanheceu ontem em Nova York e passou o dia ao telefone, na agência do Banco do Brasil, na Quinta Avenida. Hoje e amanhã, ele tem vários encontros com grandes bancos nova-iorquinos, aos quais procurará mostrar os atrativos da proposta do governo Sarney. O presidente do BC permanecerá em Manhattan até a quinta-feira para apresentar pessoalmente a reivindicação brasileira ao pleno do comitê de bancos. Inicialmente, era o diretor para a Dívida Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, que estava escalado para representar o País no encontro.

O presidente do BC evitou contatos com os jornalistas ontem. Através de um porta-voz, ele disse a este jornal que o Brasil não está interessado em nenhuma confrontação com os bancos. "Eu não quero que a proposta do Brasil seja vencedora. Quero que a proposta dos bancos vença. A única coisa que pedimos é que esta proposta trate bem o Brasil", mandou dizer Bracher. A julgar pela descrição feita por um banqueiro

— que expressa um suave apoio ao programa econômico adotado pelo Brasil, afirmando que ele é necessário, está na direção certa, mas fica muito aquém do desejável — uma mensagem que, segundo fontes financeiras, seria suficiente apenas para convencer os bancos a prorrogar a dívida de curto prazo.

Mas a veemência com que o presidente do BC reafirmou a posição brasileira parece ter sido suficiente para colocar o atendimento do pedido no reino das possibilidades. "Há bancos, sobretudo grandes bancos, que não estão interessados em um confronto com Bracher", disse um banqueiro a este jornal, revelando a nova disposição existente.

(Continua na página 11)